

## Injustiça e poder segundo Noam Chomsky

*Ricardo Monteagudo\**

**Resumo:** No início da *Política*, Aristóteles estabelece as duas menores formas de sociabilidade: a relação do homem com a mulher e do senhor com o escravo. Neste contexto, observa que “helenos são senhores naturais de bárbaros” e o motivo é que os gregos conhecem a Filosofia e os bárbaros ainda recorrem à violência (ARISTÓTELES, *Política*, 1252 a). Pouco depois define a “guerra justa” como uma guerra que tem um motivo justo, isto é, o que é bem justificado pela Filosofia ou por um discurso justo (ARISTÓTELES, *Política*, 1252 a). Este quadro exprime brevemente a maneira pela qual os EUA entendem seu papel no mundo contemporâneo. Chomsky aponta o uso político da enorme força militar de seu país e denuncia como isto se articula internamente e externamente.

Afirma que a política está excessivamente submetida à “ideologia”, à doxa, ao contrário das ciências naturais. Sua militância assim defende apenas a liberdade e o direito irrestrito à informação. Em *Camelot, os anos Kennedy* (de 1993), por exemplo, o professor do MIT recolhe informações de discursos de congressistas e de membros do governo e de documentos então secretos tornados públicos e explicita os métodos e as ações do governo estadunidense. Pode com isso concluir que os EUA têm por razões históricas uma postura interna contrária ao que defendem ou impõem a outros países. Poder e justiça de um lado, força e injustiça de outro – segundo o discurso de seus próprios políticos.

**Palavras-chaves:** injustiça; poder; guerra justa; política.

**Abstract:** *Injustice and power according to Noam Chomsky. In the beginning of the Politics, Aristotle establishes the two lesser forms of sociability: the relationships between man and woman and between master and the slave. In this context, he observes that “Hellenes are natural masters of barbarians” and the reason is that Greeks know philosophy and barbarians still resort to violence (ARISTOTLE, Politics, 1252a.). Shortly after defines “just war” as a war that has a fair cause, that is, which is well justified by philosophy or a fair speech (ARISTOTLE, Politics, 1255a.). This scene briefly expresses the manner in which the USA understands their role in the contemporary world. Chomsky points out the political use of massive military force of his country and denounces how it articulates internally and externally. He affirms that politics is excessively submitted to “ideology”, to doxa, as opposed to natural sciences. His militancy, thus, only advocates freedom and unrestricted right to information. In Camelot, the Kennedy years (1993), for example, the MIT’s professor collects information from congressmen’s speeches and government officials and from secret documents made public and he explicits the methods and actions of the US government. Thereby he can conclude that the US has, for historical reasons, an internal posture that is advocate or contrary to what they imposes to other countries. Power and justice on the one hand, force and injustice on the other –according to their own political discourse.*

**Keywords:** *Injustice; power; just war; politics.*

Noam Chomsky nasceu em 1928 e é professor de linguística no MIT (Massachusetts Institute of Technology) desde 1955 com o apoio de Roman Jakobson. Muito jovem destacou-se como um dos maiores linguistas do século nos anos 50, propôs uma forma de compreensão da estrutura da linguagem chamada « gramática gerativa » a partir da qual numerosas pesquisas se desenvolveram. Nos anos 60 manifestou-se desde o início contra a guerra do Vietnam e, sem interromper os estudos linguísticos, passou a publicar copiosos livros e artigos sobre a política externa estadunidense, ou seja, sobre o imperialismo político, militar e comercial do

maior e mais poderoso país do mundo após a Segunda Guerra. Não há justiça ou injustiça no mundo globalizado pós-moderno que não beneficie direta ou indiretamente o país que dá as cartas do jogo. Pensar a injustiça é também pensar porque aqueles que poderiam combatê-la não o fazem, ao contrário, produzem-na. Assim, o pensamento político de Chomsky é radical, mas não deveria sê-lo, pois não tem intenção revolucionária, não defende rupturas institucionais. Apenas expõe fatos históricos fartamente documentados e, ademais, pergunta-se por que o governo dos Estados Unidos oculta alguns fatos ou os considera como desimportantes enquanto apresenta outros fatos semelhantes como decididamente injustos. Ora, esta é a base do desequilíbrio da política militar imperial: tolerar a violência submissa, violentar os insubmissos<sup>1</sup>. Inspirado nos ideais iluministas de Bertrand Russell, por quem nutria grande admiração<sup>2</sup>, apenas cobra dos agentes políticos coerência entre as palavras e a ação, entre o que é proposto para si mesmo e para os outros: exigência ética de implicações políticas, cobrança política com fundamento moral.

Ainda hoje mantém a “vida dupla” de linguista e escritor político, publica com grande interesse em ambas as áreas livros, artigos e entrevistas. Sempre atencioso, participou também de muitos documentários audiovisuais que expandem e corroboram suas ideias. A «vida dupla» contudo é cuidadosamente separada: cientista como pesquisador universitário em linguística, cidadão bem informado quando escritor político. Chomsky nutre certa desconfiança dos filósofos e cientistas políticos. De fato, os intelectuais sempre encontram as justificativas que o poder

precisa para ser exercido<sup>3</sup>, mais que isso, muitos estão a postos para auxiliar em decisões governamentais nada equânimes e divulgar motivações pouco razoáveis, ou, implicação evidente, a injusta justiça das ciências sociais torna ciência e justiça palavras contraditórias. Os paradigmas das filosofias sociais são sempre reféns das diversas ideologias que por sua vez justificam as maiores atrocidades que os homens eventualmente cometem. Os comentadores e interlocutores de Chomsky ainda divergem sobre a unidade de seu pensamento linguístico e político, mas o que podemos certamente conferir é o acerto de suas deduções, ademais totalmente compreensíveis: a disparidade maqueiavélica entre discurso e ação, a exposição retórica de aliados e adversários, a imposição da força contra a insubmissão. O que se torna constrangedor é a apresentação de quantidade exorbitante de documentos, não há como discordar de fatos, restam as interpretações. Estas se multiplicam e portanto se afastam de uma episteme.

Chomsky mostra as ações do governo dos Estados Unidos e os discursos dos líderes políticos que decidiram estas ações. Em seguida manifesta estranhamento pela posição da imprensa e dos intelectuais, geralmente favorável a flagrantes injustiças, sempre apoiado em documentos. Seus primeiros textos políticos, publicados em *O poder americano e os novos mandarins* [1969] (CHOMSKY, 2006), tratam da cooptação geral da opinião pública e dos intelectuais em favor da guerra do Vietnam. Chomsky mostra que qualquer forma de insubmissão aos interesses americanos é vista como « ameaça comunista », mostra também que o que é defendido para os estadunidenses não é admitido para outros

povos. No livro *A manipulação do público* [1988] (CHOMSKY & HERMAN, 2003) trata da maneira pela qual a mídia expõe questões de “aliados” e de “não-alinhados” e mostra estatisticamente e pela importância dada ao assunto como o público é levado a apoiar ações violentas do governo americano com povos que contrariam seus interesses políticos ou comerciais, ou seja, há vítimas “merecedoras” e “vítimas não-merecedoras”. Em *Ano 501, a conquista continua* [1993] (1993a), Chomsky mostra como a lógica de dominação colonial espanhola no século XV, inglesa no século XVII e a dominação imperialista norte-americana no século XX é a mesma. Em *Poder e terrorismo* [2003] (2005) trata de mostrar porque os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono não foram surpreendentes em função de ações militares americanas fora de seu território. O método de análise dos livros é sempre a exposição de documentos de governo (*National Security Council*) que decidem uma certa iniciativa ou que descrevem uma dada situação, ou ainda outros documentos insuspeitos produzidos por apoiadores das iniciativas governamentais que não podem ignorar alguns fatos sob o risco de perderem totalmente a credibilidade, ou documentos militares secretos acessíveis após certo período de tempo.

Entre dezenas de outros livros, Chomsky é quase descritivo ao expor as ações e as palavras do governo americano, da imprensa e de instituições e intelectuais que assessoram o governo. Suas exposições falam por si só: fatos. O que nos intriga é a recusa da teorização. Chomsky afirma que é cientista como linguísta e apenas cidadão como escritor político. Ora, podemos encontrar na filosofia teorias que serviriam de

apoio a suas análises, mas o cientista-cidadão aponta as implicações do poder, o fato da força, o interesse do dinheiro. Parece insistir que o que não é fato, é ideologia, é a recusa da verdade. Simples fatos<sup>4</sup>. Contudo, a riqueza das informações faz pensar, o pensamento faz agir e a ação contrária ao estabelecido precisa de uma posição bem constituída (que encontramos entre seus discípulos e interlocutores, por exemplo, Carlos-Peegrín Otero, entre outros (cf. OTERO, 2004). Mesmo o anarquismo eventualmente mencionado pelo linguista de Harvard precisa de uma teoria subjacente (cf. CHOMSKY 2004b; 2008b, p.431-45).

Tomemos alguns exemplos da filosofia.

Aristóteles, no começo da *Política*, estabelece as duas menores formas de sociabilidade: a relação do homem com a mulher e a do senhor com o escravo (1252a). Afirma que “helenos são senhores naturais de bárbaros”, ou seja, gregos são senhores de não-gregos, pois os gregos conhecem a Filosofia e os bárbaros ainda recorrem à violência. O contexto é o da “escravidão natural” pela qual é mais correto que aquele que pensa e decide não seja o mesmo que executa; corresponde à superioridade do pensamento sobre o movimento, da alma sobre o corpo, da ação inteligente sobre a paixão intempestiva. Assim, povos dotados de filosofia e capazes de pensar são superiores a povos inconscientes, violentos e passionais. Esta relação, segundo Aristóteles, é natural, ou seja, há homens preparados pela natureza para pensar e decidir e outros homens também preparados pela natureza para a força e a execução. Os primeiros precisam ter poder com o consentimento dos outros que têm a

força mas precisam ser submissos. “Há homens que nascem para mandar e homens que nascem para obedecer”. Ora, toda dominação desde tempos imemoriais apresenta valores que a justificam, Aristóteles apresenta aqui apenas uma forma do argumento. Encontramos hoje por exemplo a certeza desta superioridade e da reponsabilidade que a acompanha na obra do professor de ciência política da Universidade de Harvard e diretor do Conselho de Segurança Nacional do governo Carter, chama-se Samuel Huntington, *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Há a civilização ocidental, composta por homens brancos e livres, e outras nove civilizações que a ameaçam: africana, islâmica, sínica (chinesa), hindu, ortodoxa (russa), budista, japonesa e, enfim, latino-americana (cf. HUNTINGTON, 1997). Nós, latino-americanos, ameaçadores da civilização ocidental, precisamos compreender eventuais interferências sempre que discordarmos de nossos irmãos norte-americanos e europeus. Por isso Chomsky é indispensável, ele nos ajuda a entender o aspecto ideológico e falacioso deste cenário.

Voltando a Aristóteles, o filósofo grego definiu a “guerra justa” como a guerra que tem um motivo justo, ou seja, o que é bem justificado pela Filosofia ou por um discurso justo (1255a). Reconheceu que a sociedade tem um aspecto convencional que eventualmente contraria a natureza e, portanto, frequentemente encontramos pessoas incapazes de reflexão em cargos de poder e responsabilidade para as quais não estão preparadas, ou seja, escravos naturais na posição de senhores. Esta é a regra entre os bárbaros, mas pode acontecer também entre os gregos.

O problema aparece nitidamente quando uma polis grega perde uma guerra. Nesse caso, senhores naturais se tornam escravos por convenção, pela lei da cidade, e da mesma forma escravos naturais podem se tornar senhores. Nem sempre o lado mais justo ganha a guerra, então precisamos reconhecer que há guerras justas e guerras injustas. Segundo Aristóteles, o que faz com que uma guerra seja justa é o que causa a guerra: se a causa é justa ou injusta. Mas para definir uma causa justa, é preciso reflexão, é preciso de filosofia, ou seja, correríamos o risco de considerar que os helenos estão sempre certos, ou, ao contrário, que os vencedores estão sempre certos. Uma guerra é justa quando ela é bem justificada. Se os helenos são capazes de justificá-la, a guerra se torna justa. Assim, não é a natureza, mas a convenção, a persuasão, a retórica são o que tornam uma guerra justa. « Senhores naturais » são mais capazes de reflexão e portanto mais capazes de justificar a guerra e torná-la justa. Não é a natureza, mas a justificativa que torna a guerra justa. Ao comparar o discurso e a ação, Chomsky mostra que o esforço de justificação não é sempre justo, não é aceitável da mesma forma pelos vencidos e pelos vencedores, expõe com isso os paradoxos da dominação.

Na crítica de Rousseau a Aristóteles presente no *Contrato social* encontramos a base do argumento de Chomsky:

Aristóteles tinha razão, mas tomava o efeito pela causa. Todo homem nascido na escravidão, nasce para ela, nada mais certo. Os escravos tudo perdem sob seus grilhões, até o desejo de escapar dela. (...) Se há, pois, escravos por natureza, é porque houve escravos contra a natureza. A força fez os primeiros escravos, sua covardia os perpetuou (ROUSSEAU, 1978, p. 24-5).

Apenas povos educados para a escravidão ou povos covardes admitem a escravidão. Aparentemente, governos imperialistas pretendem impôr a covardia à força, daí a importância da maior força militar na imposição de vontades políticas estranhas ao povo ou ao corpo político.

Há ainda outra lição de Rousseau sobre a guerra presente nas análises de Chomsky. A guerra exprime um conflito de interesses entre Estados e por isso não dá o direito nem de matar o vencido nem de escravizá-lo. Os princípios de justiça que regem as relações internas impõem deveres nas relações externas:

Um príncipe justo, mesmo em plena guerra, apossa-se de tudo o que pertence ao público em país inimigo, mas respeita as pessoas e os bens dos particulares; *ele respeita os direitos sobre os quais os seus se fundam*. Estando o fim da guerra na destruição do Estado inimigo, tem-se o direito de matar, no seu curso, os defensores enquanto estiverem de armas na mão; no momento, porém, em que as depõem e se rendem, deixando de ser seus inimigos ou seus instrumentos, tornam-se simplesmente homens, não mais se tendo direito à sua vida. Algumas vezes pode-se eliminar o Estado sem matar um único de seus membros; ora, a guerra não concede nenhum direito que os necessários à sua finalidade. Esses princípios (...) derivam da natureza das coisas e se fundam na razão (Chomsky, p.29; grifo nosso).

Note que o imperialismo se superpôs à colonização, pois os Estados ou antigas colônias se tornaram autônomos na teoria, mas precisam manter obediência a certas ordenações impostas por interesses estranhos aos seus, geralmente oriundos de países mais fortes ou do país mais forte hoje. Assim, o Estado ou obedece à força maior ou será sabotado ou invadido. A ideia está em cooptar as elites dominantes dos Estados subservientes, por isso a lógica de dominação entre os Estados é transferida para dentro do Estado dominado, no qual a elite repete a

mesma dominação com seu povo. O argumento de Rousseau contudo nos leva ainda mais longe: a dominação no interior do Estado dominador teria a mesma estrutura. Se “o príncipe respeita o direito sobre os queais os seus se fundam”, é porque o príncipe reconhece nos outros povos os mesmos direitos que fundamentam seu poder. Assim, se seu poder é legítimo, procurará compreender critérios de legitimidade em outros povos. Se, contudo, não se preocupa com a legitimidade, então procurará “direitosh” iguais ao seu, ou seja, pretenderá impor seu “direito” e sua visão moral-e-política aos outros, tentará então reiterar sua forma de dominação interna para outros Estados. Em termos de filosofia política, esta questão se torna bastante interessante. Nesse segundo caso, digamos – e esta é nossa hipótese – que a justificativa da guerra ou da dominação para o Estado agressor e para o Estado agredido é diferente, mas a injustiça da dominação ilegítima (ou despótica) é a mesma. Ora, por que um povo quer dominar outro? A discussão vai longe, mas podemos vislumbrar em que medida um discurso anti-imperialista tende a ser radical, contra os poderes ilegítimos e não-consentidos.

No contexto das análises de Chomsky sobre a política externa dos Estados Unidos, há um tema que gostaríamos de analisar brevemente como exemplo de seu método e sua argúcia. Em *Camelot, os anos Kennedy (Rethinking Camelot, JFK, the Vietnam war and U.S. Political culture* [1993]; 1993b), o linguista confere o papel do senador e em seguida jovem presidente Kennedy antes e durante a guerra do Vietnam. Com as bem-sucedidas Revolução Chinesa em 1949 e Revolução Cubana em

1959, houve um recrudescimento da Guerra Fria e um nítido aumento da tensão e da violência, segundo o discurso anticomunista norte-americano. Os recursos eram o terror de Estado ou simplesmente a agressão direta. Chomsky chama a Guerra do Vietnã de “Guerra de Kennedy” porque foi durante seu governo em que se iniciaram os bombardeios norte-americanos ao Vietnã do Sul (“entre 1961 e 1962, JFK elevou o ataque americano, de terrorismo internacional para franca agressão”, id, p.64). A doutrina adotada temia o efeito “*maçã podre* de um possível sucesso que aumenta a necessidade de eliminar a *infecção* antes que se espalhe” (id, p.60). O temor era, conforme preocupações oficiais, a “perda do Japão para os mercados comunistas e, em última análise, para a influência comunista, senão o controle”. A posição dos EUA na ONU era a de “defender um povo livre de uma agressão interna”, por isso apoiava campanhas contra-revolucionárias (como ocorrera na Grécia em 1947<sup>5</sup>). Tomemos um discurso do então senador J.F.Kennedy em junho de 1956:

O Vietnã é a pedra angular do mundo livre no Sudeste asiático, pedra central do arco, o dedo na fenda. Burma, Tailândia, Índia, Japão, as Filipinas e, obviamente, o Laos e o Camboja estão entre aqueles cuja segurança estaria ameaçada caso a onda vermelha do comunismo inundasse o Vietnã. Além disso, a independência do Vietnã livre é crucial para o mundo livre em outros campos, além do militar. Sua economia é essencial para a economia de todo o sudeste asiático e sua liberdade política é uma inspiração para aqueles que, em outras partes da Ásia, ou melhor, no mundo todo, buscam obter ou manter sua liberdade. Os princípios fundamentais da política externa de nosso país, em resumo, dependem consideravelmente de uma nação vietnamita forte e livre (id, p. 67).

Chomsky observa que o Vietnã *forte e livre* de Kennedy “estava gozando de sua liberdade política inspiradora sob a ditadura de Diem, um Estado terrorista do tipo latino-americano, dedicado ao assassinato

e à tortura das pessoas empenhadas em cumprir o acordo de Genebra” (ibidem). O acordo de Genebra assinado em 1954 pelos EUA (e posteriormente considerado contrário aos interesses norte-americanos (cf. CHOMSKY 2008, p.34 e p.73-4), desmembrou o Vietnã em dois e programou um referendo para 1956 para decidir sobre a reunificação. O presidente do Vietnã, Ngo Dinh Diem, bloqueou o referendo com o argumento de que o Vietnã do Norte havia deixado no Sul “vários milhares de agitadores e ativistas”. Para os EUA, “os comunistas” pretendiam «“derrubar o governo sem ter de recorrer a ações militares” e, sem o referendo, perderam as « esperanças para uma tomada legal de todo o país » e se rearmaram (CHOMSKY, 1993b, p. 63).

Em 1960, a França, que perdera o controle do Vietnã com a Guerra da Indochina (1946-1954), pressionava o governo americano pela “neutralidade”, ou seja, “respeito ao acordo de Genebra (...), [a saber], não aceitar ajuda militar externa e não integrar alianças militares” (id, p. 65). Kennedy considerava a posição francesa um “suicídio”. O caso ilustra bem o papel da diplomacia, conforme afirmava um de seus assessores durante a guerra: considerar a diplomacia “depois e só *depois* que tivermos estabelecido uma forma clara de pressão que fira o Vietnã do Norte e não deixe dúvidas ao Vietnã do Sul queanto a nossa determinação” (citado por Chomsky em id, p. 66). Conclusão óbvia, segundo Chomsky: “primeiro a força, depois a diplomacia”. A extensão desta política é a regra geral: “Por razões semelhantes, os Estados Unidos têm adotado uma postura política

característica em relação à América Latina e ao Oriente Médio, opondo-se às negociações e à diplomacia (...) Os comentaristas dão como certo e lógico que a diplomacia é uma ameaça a ser evitada” (ibidem).

No final de 1961, preparando-se para a guerra no Vietnã, Kennedy afirmava: « Por todo o mundo, uma conspiração monolítica e implacável opõe-se a nós e conta, principalmente, com meios dissimulados para expandir sua esfera de influência » (id, p. 68). Em seguida, após derrota cabal da tentativa de invadir Cuba pela Baía dos Porcos: “As sociedades indulgentes, autocomplacentes e frágeis estão a ponto de serem varridas com o entulho da história. Somente os fortes têm chance de sobreviver”. Em 1963, insistia em apoiar o Vietnã « em sua luta para manter sua independência nacional » no mês de julho e discursou em setembro:

O que ajuda a ganhar a guerra, nós apoiamos; o que interfere com o esforço de guerra, nós obstamos. Já deixei claro que qualquer ato, de qualquer governo, que possa vir a dificultar a vitória contrária nossa política e nossos objetivos. (...) Queremos vencer a guerra, conter os comunistas e trazer os americanos para casa. Não estamos lá para perder e seguiremos a diretriz que indiquei hoje, promovendo as causas e as consequências que possam nos ajudar a vencer (ibidem).

No final de setembro: “Se os Estados Unidos recuarem, o mundo todo na minha opinião começará inevitavelmente a se mover em direção do bloco comunista” (id, p. 69). Poucas horas antes de ser assassinado, em 22 de novembro de 1963, Kennedy insistiu: “Sem o Estados Unidos, o Vietnã do Sul cairia de um dia para o outro” e elogiou a enorme máquina de guerra mobilizada para eliminar as ambições do comunismo internacional. Segundo Chomsky, “ninguém pode acusar o presidente de

duplicidade, sua retórica em público concorda rigorosamente com a posição que adota internamente” e “seus assessores próximos mantiveram a mesma postura após o assassinato” (id, p. 70)<sup>6</sup>.

Em linhas gerais, todos conhecemos a brutalidade da Guerra do Vietnã: uso de armas químicas (napalm, bombas de fósforo, etc.), destruição de lavouras, florestas e vilarejos, bombardeios contra civis. O interesse da análise de Chomsky são os documentos que ele cita, que acompanham as declarações públicas, os comentários dos principais jornais e sobretudo as decisões e as avaliações militares, tanto públicas quanto secretas. Pela legislação dos EUA, a maioria dos documentos secretos torna-se acessível após 25 anos. Os documentos permitem concluir que o governo dos EUA considera “comunismo” qualquer tentativa de controle popular do poder (donde a “agressão interna”) e que, em segundo lugar, defende a “liberdade” considerada basicamente como abertura de mercado aos produtos norte-americanos, ou seja, não importa se o Estado submisso (ou “cliente”) respeita ou não as liberdades civis e políticas, os direitos humanos ou as convenções da ONU, desde que não haja obstáculos aos interesses econômicos estadunidenses. Há assim uma continuidade entre guerra, comércio e política, Chomsky é bastante preciso em suas demonstrações. Durante a Guerra Fria, portanto, as tentativas de independência ou insubmissão eram vistas como afastamento dos EUA e aproximação com a então União Soviética. Chomsky observa o seguinte:

Extremos de terror estatal são comumente necessários ‘para, eliminando a participação política da maioria numérica, destruir, permanentemente, qualquer ameaça que se possa perceber à estrutura existente de privilégios

sócio-econômicos', nas palavras de Lars Shoultz, destacado especialista acadêmico em direitos humanos na América Latina, ao descrever (...) as diretrizes do governo Kennedy projetadas para impedir que a podridão cubana se espalhasse (id, p. 26-7).

No fundo, trata-se de universalizar a forma social norte-americana.

Apesar dos maiores esforços, intelectuais responsáveis acham difícil ocultar o apoio que o governo americano concede a essas medidas [de terror estatal]. Trata-se de um problema porque, por princípio doutrinário, os governantes dos EUA são benignos, humanitários, comprometidos com a democracia, a liberdade e os direitos humanos, senão santos por índole. Quando se revela de forma muito clara o que tanto se dedicam a atrocidades selvagens, são necessários novos instrumentos para resolver a contradição entre a verdade e a *verdade maior* (id, p. 27).

Segundo Chomsky, “o instrumento-padrão é atribuir à Guerra Fria os crimes cometidos pelos Estados Unidos e seus clientes”, e em seguida dá um exemplo. Dois jornalistas americanos foram espancados em novembro de 1991 em Dile, no Timor Leste, então sob domínio da Indonésia. O *Washington post* sugeriu que o governo “regulasse esta questão” lembrando que por 16 anos os EUA apoiaram a invasão e anexação que chegou a matar « um terço da população » por um « forte aliado anti-comunista » (id, p. 28). A atenção do jornal à população timorense é nula em nome do anticomunismo.

Uma certa visão de justiça baseada em privilégios econômicos e no *american way of life* é imposta a outros povos que ademais têm a obrigação de aceitar as regras do jogo comercial, ou seja, o livre-comércio (e obviamente o fim do sistema Breton Woods em 1971, isto é, o estabelecimento do dólar americano em lugar do ouro como parâmetro mundial das moedas (cf. CHOMSKY 1993a, p. 77-9)<sup>7</sup>. As variações regionais não podem

alterar a estrutura econômica, pois interferem nos interesses americanos em sua simbiose de exploração econômica com as elites locais. Qual o maior valor, o dólar ou a liberdade? Esta questão pode implicar na discussão de complexas teses filosóficas. Não contudo na opinião de Chomsky, que insiste tratar dos fatos como cidadão e nunca como cientista social, ainda mais, afirma que desdenha das hipóteses neste campo. Seu amigo e biógrafo Robert Barsky comenta:

Na opinião de Chomsky, não há teorias que possam tratar dessas questões: 'Não tenho conhecimento da existência de nenhuma teoria, em nenhum sentido sério do termo, que produza uma revelação no caso da análise, inclusive o trabalho acerca do totalitarismo, da infiltração interna e de todo o resto'. Isso, é claro, o separa dos teóricos com quem ele, do contrário, seria solidário, em termos de seus interesses, como Erich Fromm ou Herbert Marcuse. Na verdade, continua, esse tipo de trabalho 'parece-me bem óbvio e, francamente, eu fico irritado quando os intelectuais tentam revesti-lo de algo mais importante do que isso' (18 de maio de 1995) (BARKSKY, p. 182).

A conclusão de Barsky é interessante: "Isso tudo suscita uma questão que talvez não possa ser resolvida". Em outro momento, comenta:

O que preocupa Chomsky é perder de vista o que é realmente importante (...) Qualquer um que parasse de ver televisão (...) e se concentrasse na sociedade em que vive poderia, de acordo com o ponto de vista de Chomsky, fazer uma crítica política adequada. Ele escreve: 'Os intelectuais tentam fazer a coisa parecer difícil. O pós-modernismo leva isso a extremos, na minha opinião. Mas, fora das chamadas *hard sciences* e da matemática, não há realmente muito que esteja além do alcance das pessoas sem treinamento especial' (8 de agosto de 1994) (id, p. 180-1).

De fato, é inegável que o exercício de cidadania não é coisa de especialistas, o que implicaria em separar novamente nobres e plebeus, senhores e escravos, ou cidadãos e súditos. Mas como hoje lidar com tal quantidade de informações para simplesmente exercer responsabilmente o

direito democrático ou, de forma mais ambiciosa, estabelecer hipóteses em ciências sociais por oposição à *hard science*. Será que caímos na inocente contraposição de “duas culturas” estranhas entre si, uma científica e séria, outra literária e divertida (cf. SNOW, 1995). Ora, queal o papel do escritor político? Podemos, para concluir, recorrer mais uma vez a Rousseau:

Perguntar-me-ão se sou príncipe ou legislador para escrever sobre política. Respondo que não, e que por isso escrevo sobre política. Se fosse príncipe ou legislador, não perderia meu tempo dizendo que deve ser feito; haveria de fazê-lo ou calar-me. (ROUSSEAU 1978, p. 21).

Se há mesmo a especialidade da ciência política, como parece recusar Chomsky, ou trata-se de campo da ação, conforme Rousseau, ou ainda habilidade de senhores, de acordo com Aristóteles, é questão aberta, mas o linguista de Harvard sabe que as informações que veicula não são indiferentes ao poder e à justiça e propiciam muito mais do que conclusões cidadãs. A crítica às instituições públicas é demasiado severa para que não se torne necessário repensá-las.

---

## Notas

\* Possui graduação de Bacharelado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1989), graduação de Licenciatura em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1992), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1998) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

<sup>1</sup> Num de seus artigos, Chomsky cita um historiador para indicar porque a violência costuma funcionar: « Em seu importante estudo sobre a formação da Europa, Charles Tilly observou, com muita propriedade que, no último milênio ‘a guerra foi a principal atividade dos europeus’, por uma razão infeliz: ‘O fato crítico é simplesmente este: a coerção funciona; os que empregam a força contra o semelhante conseguem

obediência e, com isso, conquistam riquezas, bens materiais, respeito e desfrute de prazeres negados aos menos poderosos' (TILLY, *Coercion, capital and european states*, Blackwell, 1990). O conceito é quase um truísmo histórico que a maioria das pessoas assimilou a duras penas » (CHOMSKY, 2006a, p. 235-6).

<sup>2</sup> Em 1971, Chomsky deu uma série de Conferências sobre Russell em que expõe sua admiração e concordância. Mencionemos agora uma observação que ilustra bem seus ideais comuns: « Se os homens puderem ser persuadidos do valor inerente da autogestão e da vida criativa, eles também poderão avançar na direção de uma sociedade mais humana, sem passar pela violência revolucionária que 'numa democracia é infinitamente perigosa', já que pode destruir o delicado tecido da vida civilizada » (CHOMSKY, 2008a, p. 89-90). Em outra passagem: « Concluindo sua conferência pronunciada por ocasião do Prêmio Nobel [de Literatura] em 1950, Russell afirmou: 'o que mais precisamos para tornar o mundo feliz é inteligência. E isto é afinal uma conclusão otimista, pois a inteligência é algo que pode ser promovida por métodos educacionais conhecidos'. Estas palavras reiteravam a fé de toda uma vida » (id, p. 86).

<sup>3</sup> Chomsky desconfia sempre dos intelectuais e cita uma reflexão de Jan Myrdal sobre seu papel ambíguo na exploração e nas guerras, cuja conclusão é: « Não somos portadores de consciência. Somos prostitutas da razão (MYRDAL, *Confessions of a disloyal european*, Pantheon books, 1968, p.200) » (CHOMSKY, 2008a, p. 125).

<sup>4</sup> O conhecido caso Faurisson, professor universitário francês que nega as atrocidades nazistas, é uma exceção que confirma a regra. Em nome da total liberdade de expressão, Chomsky defendeu seu direito de negar os fatos, mesmo que seja absurdo, pois fatos não podem ser negados mas devem ser discutidos. Foi por isso acusado de irresponsável por Pierre Vidal-Naquet, helenista francês.

<sup>5</sup> "Stevenson (embaixador dos EUA na ONU) comparou esta nobre causa [no Vietnã] à primeira campanha contra-revolucionária de importância no período do pós-guerra, onde operações conduzidas com sucesso pelos Estados Unidos demoliram a resistência anti-nazista e o sistema político e restabeleceram a antiga ordem, juntamente com os destacados colaboradores dos nazistas. Tudo isso se deu ao custo de umas poucas 160 mil vidas e dezenas de milhares de vítimas das câmaras de tortura, além de um legado de destruição que ainda precisa ser superado (com lucros enormes para as corporações americanas)" (Chomsky, 1993b, p. 62). Chomsky observa a seguir que "os fatos são descritos com bastante exatidão pelo serviço secreto militar dos Estados Unidos" (id, p. 63).

<sup>6</sup> Um dos objetivos de Chomsky é polemizar com leituras que heroízam o presidente Kennedy ou romanceiam sua biografia como adversário da guerra ou até mesmo esquerdista, mas documentos militares e de governo analisados não permitem esta conclusão, conforme capítulo “Interpretações” de *Camelot* (CHOMSKY, 1993b, p. 145-189). Chomsky aponta também para um “sistema de propaganda” para reescrever a Guerra do Vietnam (cf. id, p. 88). Há uma continuidade na política externa dos governos dos Estados Unidos e o motivo é prosaico: os benefícios econômicos de uma política agressiva são elevados.

<sup>7</sup> Citemos uma breve passagem: “A resposta de Nixon [em agosto de 1971] ao declínio da hegemonia econômica dos Estados Unidos foi direta: ‘Queando se está perdendo mudam-se as regras do jogo’, observa o economista Richard du Boff. Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro, ocasionando uma reviravolta no sistema monetário internacional” (CHOMSKY 1993a, p. 78). Ora, podemos facilmente pressupor que este tipo de mudança não é possível sem o apoio político (e diplomático) de uma enorme e poderosíssima máquina militar.

---

## Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Política*. Brasília, Edunb, 1997.
- BARSKY, R.F. *Noam Chomsky, a vida de um dissidente*. São Paulo: Conrad, 2004.
- CHOMSKY, N. *Ano 501: a conquista continua*. [1993]. São Paulo: Scritta, 1993a.
- . *Camelot, os anos Kennedy*. [1993]. São Paulo: Scritta, 1993b.
- . *Understanding power: the indispensable Chomsky*. Editado por MITCHELL, P.R. & SCHOEFFEL, J. New York: Paperback, 2002.
- . *Contendo a democracia*. [1991]. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- . *Language and politics*. Editado por OTERO, C.P. Oakland: AK Press, 2004a.
- . *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004b.
- . *Poder e terrorismo: entrevistas e conferências pós-11 de setembro*. [2003]. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- . *Piratas & imperadores, antigos & modernos: o terrorismo internacional no mundo real*. [1986, 2001]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.
- . *O poder americano e os novos mandarins*. [1969]. Rio de Janeiro: Record, 2006b.
- . *Problemas do conhecimento e da liberdade*. [1971]. Rio de Janeiro: Record, 2008a.
- . *Razões de estado*. [1973]. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

CHOMSKY, N. & HERMAN, E.S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. [1988]. São Paulo: Futura, 2003.

HUNTINGTON, S.P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

OTERO, C.P. "Introduction: the third emancipatory phase of history". In: CHOMSKY, 2004a.

ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. Coleção « Os Pensadores ». São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SNOW, C.P. *As duas culturas e uma segunda leitura*. São Paulo: Edusp, 1995.